Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 55, de 2024

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Iniciativa:

Ementa:

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1741/2022, que "dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção; e altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para disciplinar a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo".

Assunto: -

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Prejudicada

Destino: -

Último local: -

Último estado: 04/07/2024 - PREJUDICADA

TRAMITAÇÃO

04/07/2024 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: PREJUDICADA

Ação: A Presidência declara prejudicado, nos termos do art. 334, I, do Regimento Interno do Senado, o presente requerimento. O requerimento vai ao Arquivo.

Publicado no DSF Páginas 102 - DSF nº 103

11/06/2024 CE - Comissão de Educação e Cultura

Situação: APROVADA A APRESENTAÇÃO PERANTE O PLENÁRIO DO SENADO

Ação: Em reunião realizada em 11/06/2024, a Comissão aprova o REQ 55/2024-CE, de iniciativa do Senador Flávio Arns, de urgência para o PL 1741/2022.

11/06/2024 CE - Comissão de Educação e Cultura

Situação: MATÉRIA EM TRAMITAÇÃO

Ação: Apresentado requerimento (Urgência para matéria) na Comissão nesta data às 13:10.

Publicado no DSF Páginas 533-534 - DSF nº 86

Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 55, de 2024

DOCUMENTOS

REQ 55/2024 - CE

Data: 11/06/2024

Autor: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Local: Comissão de Educação e Cultura

Ação Legislativa: Em reunião realizada em 11/06/2024, a Comissão aprova o REQ 55/2024-CE, de iniciativa do Senador Flávio Arns, de urgência para o PL 1741/2022.

Descrição/Ementa: Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1741/2022, que "dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção; e altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para disciplinar a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo".

Avulso inicial da matéria

Data: 11/06/2024

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: -